

AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS CAMPONESAS DO CARIRI CEARENSE E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A FOME¹

Bruna Dayane Xavier de Araújo²

Francisco Amaro Gomes de Alencar³

Camila Dutra dos Santos⁴

Resumo

O alimento é fonte vital para os seres humanos. É o que nos mantém vivos e nos dá condições de realizar as demais outras atividades. A alimentação se apresenta, primeiramente, como uma necessidade biológica, somado a isso é um complexo sistema simbólico que aglomera diversos significados sociais. Neste sentido, trazemos as experiências da produção de alimentos das mulheres camponesas na região do Cariri cearense, nordeste do Brasil. Estas mulheres têm, em suas histórias de vida a luta pelo direito à terra, iniciativas de criação de agroecossistemas, implementação de feiras agroecológicas e participação em sindicatos. Buscamos compreender a organização política e o fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas em seus territórios, a partir de uma produção de alimentos dentro de um viés agroecológico. O percurso metodológico da pesquisa vem seguindo as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, trabalhos de campo, sistematização dos dados e escrita da tese. O Cariri cearense, lócus da pesquisa, possui diversos conflitos resultantes de projetos de desenvolvimento e cosmovisões distintas para o território. Esta região convive, de forma dialética e contraditória, com a fartura, a fome, a abundância e a normalização das desigualdades sociais. É nesse contexto que as camponesas vêm desenvolvendo experiências agroecológicas relevantes. Em paralelo, ao modelo agrícola hegemônico, as camponesas produzem uma agricultura mais diversificada, livre de agrotóxicos, com qualidade e mais acessibilidade à população. Além disso, essas experiências fortalecem os saberes populares, as relações de gênero e trazem elementos para o debate sobre autonomia e soberania alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: FOME; AGROECOLOGIA; SOBERANIA ALIMENTAR; MULHERES CAMPONESAS; CARIRI CEARENSE

Resumen

La alimentación es una fuente vital para los seres humanos. Es lo que nos mantiene vivos y nos da condiciones para realizar otras actividades. La comida se presenta, en primer lugar, como una necesidad biológica, además de esto es un sistema simbólico complejo que aglutina diferentes significados sociales. En este sentido, traemos las experiencias de producción de alimentos de mujeres campesinas en la región Cariri de Ceará, noreste de Brasil. Estas mujeres tienen, en sus historias de vida, la lucha por el derecho a la tierra, iniciativas para la creación de agroecossistemas,

¹ Este artigo se refere a pesquisa de doutorado que se encontra em andamento. Esta pesquisa recebeu financiamento nos três primeiros anos pela CAPES.

² Professora de Geografia da Educação Básica do Estado do Ceará. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

³ Professor Adjunto do Departamento de Geografia - Universidade Federal do Ceará (UFC)

⁴ Professora Adjunta do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

implementación de ferias agroecológicas y participación en sindicatos. Buscamos comprender la organización política y el fortalecimiento de la autonomía de las mujeres campesinas en sus territorios, con base en la producción de alimentos desde una perspectiva agroecológica. La trayectoria metodológica de la investigación ha seguido los siguientes pasos: levantamiento bibliográfico, trabajo de campo, sistematización de datos y redacción de tesis. Cariri de Ceará, el locus de la investigación, tiene varios conflictos derivados de proyectos de desarrollo y diferentes cosmovisiones para el territorio. Esta región convive, de manera dialéctica y contradictoria, con la abundancia, el hambre, la abundancia y la normalización de las desigualdades sociales. Es en este contexto que las mujeres campesinas vienen desarrollando experiencias agroecológicas relevantes. Paralelamente al modelo agrícola hegemónico, las campesinas producen una agricultura más diversificada, libre de pesticidas, de calidad y más accesible a la población. Además, estas experiencias fortalecen el conocimiento popular, las relaciones de género y aportan elementos al debate sobre la autonomía y soberanía alimentaria.

PALABRAS CLAVE: HAMBRE; AGROECOLOGÍA; SOBERANÍA ALIMENTARIA; MUJERES CAMPESINAS; CARIRI CEARENSE

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado que se encontra em andamento. A pesquisa propõe trazer contribuições para refletir o nexo entre: soberania alimentar, território, práticas agroecológicas e mulheres camponesas. Buscamos trazer uma compreensão mais aprofundada sobre a totalidade em que se constrói a questão da alimentação. Além disso, discutir como a agroecologia vem se tornando um elemento chave na reafirmação da luta por terra – território, relações de gênero e relação sociedade-natureza.

Esta pesquisa tem como recorte espacial as práticas camponesas localizadas na região do Cariri, ao sul do estado do Ceará, evidenciando a produção, distribuição e comercialização de alimentos realizados pelas camponesas locais. Desvelando, ainda, os conflitos em *locus*, os entraves entre os modelos de desenvolvimento e cosmovisões presentes, compreendendo que a relação classe – território é indissociável na produção de alimentos.

O alimento é fonte vital para os seres humanos. É o que nos mantém vivos e nos dá condições de realizar outras atividades, projetos e planos em nossa existência individual e social. O alimento é um dos motivos cruciais que move cotidianamente a classe trabalhadora a exercer suas atividades laborais, mesmo em uma realidade desigual, contraditória e de precariedade no trabalho.

A alimentação é um eixo central para entender as redes de sociabilidade e é um dos pilares primordiais na construção da nossa humanidade e transmissão de cultura. É um elo entre as questões sociais, econômicas, religiosas e culturais. Ademais, toca a memória, a

subjetividade das pessoas e é capaz de construir conexões com a nossa ancestralidade e desvendar raízes profundas de um território.

Neste âmbito sobre alimentação, trazemos as experiências da produção de alimentos pelas mulheres camponesas na região do Cariri cearense, nordeste do Brasil. Estas mulheres têm em suas histórias de vida a luta pelo direito à terra, iniciativas de criação de agroecossistemas, implementação de feiras agroecológicas, participação em sindicatos e, algumas delas, também possuem vínculos com a cultura e educação popular.

Buscamos compreender a organização política e o fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas em seus territórios, a partir de uma produção de alimentos dentro de um viés agroecológico. Evidenciamos histórias de mulheres que possuem um processo de socialização e um legado histórico carregado de opressões e resistências, apresentando suas histórias de vidas, vinculadas à totalidade social.

Evidenciamos histórias de mulheres comuns que possuem um processo de socialização e um legado histórico carregado de opressões. E suas histórias de vida estão vinculadas à totalidade social. As suas experiências agroecológicas não são casos isolados, são frutos de ações coletivas que constroem a práxis agroecológica no Cariri.

Objetivamos, principalmente, investigar a práxis agroecológica desenvolvida pelas agricultoras caririenses, no intuito de analisar o processo em que elas desenvolvem a agroecologia e, ao mesmo tempo, são transformadas pela mesma. Para a análise desse processo vem sendo realizado as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo, por meio de registros fotográficos, de áudio, vídeo e entrevistas que tem o intuito de captar narrativas de vida e participação nas atividades no cotidiano camponesas investigadas.

Caminho(s) metodológicos da pesquisa

O percurso metodológico da pesquisa vem seguindo as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, participação em eventos acadêmicos e dos movimentos sociais sobre as temáticas que orbitem este estudo, trabalhos de campo, com entrevistas semiestruturadas, sistematização dos dados e escrita do texto. Vale ressaltar que os primeiros trabalhos de campo foram realizados de forma presencial, antes da pandemia (covid- 19). Nesse processo que estamos vivenciando de pandemia, as entrevistas vem sendo realizadas de forma *online*.

Minayo (2014) define a pesquisa como atividade básica das ciências na indagação e na reflexão sobre a realidade. “Pesquisar constitui uma característica do inacabado provisório e do inacabado permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que

nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação” (MINAYO, 2014, p. 47).

Esta tese propõe dialogar com o que é vivido pelos sujeitos sociais investigados. “A partir de um território concreto, compreendo como um lugar onde se reside a história que dá produção de saberes, fazeres e outros conhecimentos” (GASPARETTO, 2017, p.41).

Na interação de sujeito pesquisado e pesquisadora acontece um intercâmbio de saberes e experiências e assim buscamos construir uma pesquisa assentada na materialidade e nas problemáticas sociais, compreendendo a realidade como uma totalidade histórico-social.

A análise sobre a realidade parte de entendê-la como um elemento dinâmico, em constante transformação e fruto dos processos históricos. Temos como referência o método de Marx, ao analisar o objeto real em sua materialidade, não como mera apresentação na aparência do objeto, mas por sua crítica. Saindo do aparente, buscando sua essência. A totalidade em Marx é a concepção que cada objeto carrega em si, suas próprias contradições e as contradições de uma totalidade, ou seja, o objeto é uma porta de acesso às contradições dialéticas que vão além dele, ou melhor.

Marx parte da produção material, socialmente determinada, e demonstra que ela é um todo orgânico, dinâmico, uma rica totalidade de relações diversas, na qual seus momentos constitutivos, a distribuição, a troca e o consumo, estão concatenados entre si, formando unidade sintética, embora contraditória: a produção oferece, na forma material, o seu objeto, isto é, os elementos materiais do consumo, pois sem objeto não há consumo. (CHAGAS, 2011, p. 14).

O modo de produção da vida material é o que condiciona o processo de vida social, política e espiritual (MARX, 2010). É o ser social que condiciona a consciência humana. Isso, sem esquecer o papel da subjetividade em nossas ações cotidianas, pois, esses movimentos andam em sincronia. Para mudar a realidade, precisamos construir condições materiais para isso. É inserido dentro dos processos dialéticos desenvolvidos dentro da própria sociedade capitalista, nos seus espaços de conflitos, transformações, fissuras, a partir das atividades humanas.

Debruçamo-nos, então, estudar a alimentação (produção, comercialização e uso), investigando os elementos invisíveis dentro desse processo e muitas vezes não evidenciados, por exemplo, a relação sociedade-natureza, as relações de trabalho envolvidas, as relações de gênero e os aspectos econômicos, buscando olhares da totalidade que compõe a alimentação. Assim, existem diversas estruturas a serem debatidas.

Dessa maneira, pretendemos fortalecer uma ciência que tenha como base o território e as relações sociais desenvolvidas nele. Compreendemos, também, a importância de destacar o

contexto em que esta pesquisa vem sendo produzida, pois gerou influências consideráveis na mesma. Vivemos em uma conjuntura de governo ultradireita, com características autoritárias, uma política entreguista, de austeridade e de combate aos direitos sociais conquistados, gerando desdobramentos de um acirramento das lutas de classes.

Estamos vivenciando uma pandemia (sars-cov-2/ covid-19) oriunda de um modelo agropecuário capitalista vigente, causando impactos na saúde humana a nível global, abalos na produção da ciência e pesquisas e, ainda, na realidade da população do campo e na produção de alimentos. Ao mesmo tempo, presenciamos um desmonte das políticas alimentares e das políticas voltadas à pesquisa e à ciência no Brasil.

Simultaneamente, em que realizamos este estudo, nos agregamos às lutas em defesa dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora da cidade e do campo. Incluimo-nos nas lutas em defesa das demarcações dos povos indígenas, dos direitos dos camponeses e quilombolas e, ainda, em defesa da educação pública.

Gaspareto (2017), escreveu sua tese no período do golpe político de 2016, relata que “estava consciente que se encontrava numa situação de fronteira, entre a Academia e a Militância”. Comungamos com a autora, nas experiências que vivenciamos, na importância do tema desta pesquisa, sobretudo, em virtude da crise alimentar.

O Brasil volta a sofrer com índices alarmantes de fome e insegurança alimentar, as mulheres são as que mais sofrem com essa situação, pois muitas são as responsáveis por alimentarem seus filhos e sustentarem suas famílias.

Nesse sentido, nos indagamos: quais são as condições materiais e necessárias para criação de uma tese? Quais as condições materiais para que essas mulheres continuem desenvolvendo os seus projetos? Tanto nós, quanto elas, tivemos inúmeros percalços nessa conjuntura, evidenciando-nos o quanto é desafiador construir ciência e uma agricultura que aponta para outro projeto de sociedade.

No exercício de nos descolonizar, buscamos o nosso próprio estilo de escrita e de fazer ciência, entendendo-a, também, como exercício de sistematização e de produção intelectual em paralelo ao nosso exercício de militância e ação política. Além disso, agrupar os saberes populares, no caso, que tem sua origem o território camponês e os conhecimentos teóricos sobre a questão agrária pautados em uma transformação da sociedade.

Fome, Alimentação e Agroecologia

O alimento é uma fonte vital para os seres humanos. É o que nos mantém vivos e nos dá condição para realizar as demais outras atividades, projetos e planos em nossa existência individual e social. O alimento é um dos motivos mais cruciais que move cotidianamente a classe trabalhadora a sair para exercer suas atividades laborais, mesmo em uma realidade tão desigual, contraditória e de exploração.

No intuito de não cairmos em uma concepção reducionista da alimentação, entendendo-a apenas como uma necessidade biológica e elementar, a abordagem principal dessa pesquisa será no sentido de compreender as relações complexas e sociais que atravessam a alimentação, como resultante das relações sociais e culturais. O alimento é também um conjunto de determinações, simbólica, afetiva, remete-se ao território, a relações sociais e de trabalho.

A alimentação se apresenta, primeiramente, como uma necessidade biológica, somado a isso é um complexo sistema simbólico que aglomera diversos significados: sociais, de prazer, sexuais, políticos, religiosos, éticos e estéticos. (CARNEIRO, 2003).

Porém, para entendermos mais a fundo a concretude do que estamos analisando, no caso a alimentação e seus processos de produção, distribuição e acesso, é preciso dar um passo atrás e refletirmos sobre a fome. Este estado que causa incômodo, provoca suplícios, dores prolongadas e um mal-estar profundo.

A fome por mais que seja um tema antigo (e ela é inerente ao processo civilizatório) nunca foi tratado como prioridade pela sociedade. Desde as mais antigas formas de organização social até os momentos atuais, em nossa sociedade que tem como base sócio-econômica o capitalismo, há desigualdade no acesso aos alimentos. A fome está presente nas diversas sociedades, se encontra em distintas formas em todo o globo, mas, sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Segundo a FAO, atualmente, existem aproximadamente um bilhão de pessoas que passam fome no mundo. Mas o que é fome, afinal? É a situação em que indivíduos em seu cotidiano não têm acesso à comida, sofrendo a violência de não ter o que se alimentar. Josué de Castro chama atenção também para fome parcial ou oculta, na qual pela falta permanente de nutrientes, em seus regimes alimentares, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 2006).

O autor ainda diferencia dois tipos de fome: a endêmica e a epidêmica. Esta última restrita a períodos de escassez de chuvas. A endêmica está vinculada a estrutura agrária de latifúndio e em seu caráter de monocultura de exportação. O autor cita como exemplo a zona da mata, no nordeste brasileiro, de solos férteis e de chuvas abundantes, mas que a fome

estava bem presente. Nesse sentido, é preciso compreender os processos políticos que envolvem o problema da fome.

Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, explica que a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa riqueza gerou nossa pobreza para nutrir a prosperidade alheia.

Exportamos produtos, e também os nossos solos e subsolos. Terras que poderiam atender as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta. (GALEANO, 2018, p. 07)

A fome é um processo de relações sociais historicamente construídas em um determinado espaço. Josué de Castro aponta a distribuição como um elemento importante para se pensar o acesso à alimentação, divergindo do contexto de excessiva concentração dos alimentos. Porto-Gonçalves também coloca que “o modelo de distribuição não é separado do modo de produção, todo modo de produção é, ao mesmo tempo, um modo da distribuição” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288).

Na conjuntura atual, vive-se um momento de maior discussão sobre a problemática da fome e o acesso à alimentação. Uma das questões mais pertinentes que se coloca é que nunca na história da humanidade houve tanta produção de alimentos e investimento na modernização da produção agrícola, em contraponto, a quantidade de pessoas que passam fome.

A origem da fome é estrutural – estão nas raízes de formação social de cada país, de cada estado –nação. A fome no Brasil, por exemplo, é consequência de seu passado histórico, nos períodos de colônia de exploração é que encontramos o seu cerne. “As causas da fome estão mais vinculadas aos fatores socioculturais e econômicos do que à natureza geográfica” (CASTRO, 2006). Para o autor, “a fome é a mais trágica expressão do subdesenvolvimento”

Na obra *Regime alimentares e Questão Agrária*, de Philip McMichael, são apresentadas as relações históricas entre construção do Estado, colonização de terras, rotas alimentares e os padrões alimentares. Os regimes alimentares constroem e são construídos no bojo das relações de produção, consumo e trabalho e dos ajustes estruturais do modo de produção capitalista.

McMichael (2016) ilustra que o controle da produção (o que, como e onde se produz) é determinado pelos agentes políticos e econômicos dominantes. Construindo um panorama em que os alimentos baratos e empobrecidos nutricionalmente são direcionados para os

trabalhadores. O que se chega ao prato do consumidor (o que e a qualidade) não é exatamente fruto de sua própria escolha, mas sim para acumulação de capital.

Na lógica em que vivemos os alimentos se tornam mercadorias. Perdem sua essencialidade e passam a ser encarados como fonte de extração de geração de lucros. No Brasil, a produção de *commodities* aumentou consideravelmente, sobretudo, na década dos anos 2000, construída a partir de uma lógica de exportação, produção em larga escala e monocultura. Os fomentos vindos do Estado são, majoritariamente, para desenvolver o agronegócio, marginalizando a produção de alimentos para a demanda interna, historicamente produzida pela agricultura familiar camponesa.

É importante frisar que grande parte da produção do agronegócio é para atender as demandas do mercado externo. Esse nosso papel cada vez mais fincado na divisão internacional do trabalho, sai para nós a um preço muito caro. Este setor utiliza até à exaustão as forças de trabalho, dos solos, da biodiversidade em qualquer lugar que ele se instala. Vem desencadeando processos de degradação ambiental, desmatamento, grilagem, concentração de terras e riquezas e conflitos no campo. Além da utilização descomunal de agrotóxicos para aumentar de todas as formas a produtividade e os lucros. Deixando para os trabalhadores, o meio ambiente e os alimentos, contaminação e problemas de saúde pública a níveis ainda imensuráveis.

Porto-Gonçalves (2006) explana que é necessário que o mundo tome conhecimento o custo que está por trás da produção de certos alimentos em determinados lugares, como chegam ao mercado global os produtos alimentícios, originado do trabalho de agricultores e agricultoras que estão em condições precarizadas, vulneráveis aos direitos trabalhistas, os direitos das mulheres, com jornadas intermináveis e baixos salários. Além disso, causando, o mais contraditório que possa parecer, gerando estados de fome e subnutrição.

No centro desse debate sobre fome, ou seja, da ausência de alimentos, crise alimentar, surgem como pauta das populações do campo, alternativas a partir do viés agroecológico para esse contexto. Posteriormente daria como desdobramento a Soberania Alimentar.

A agroecologia é um projeto que surge da expressão de uma materialidade que visam superar e tornar obsoleta a agricultura convencional e hegemônica estruturada no colonialismo-dependente, apontando um novo projeto sociopolítico que dialoga com os conhecimentos ancestrais e com as perspectivas do presente: ciência, relação sociedade-natureza, relação de gênero, a soberania alimentar.

A soberania alimentar é a oposição do modelo agroexportador, o agronegócio. Esta não surge do nada ou de abstrações, é resultado de processos históricos e sociais, das

organizações dos movimentos sociais do campo. (JALIL, 2009). Ela disputa poder nos sistemas agroalimentares em suas diferentes escalas, local, regional, nacional, global, sob a lógica do campesinato. Visa também responder à "perda de capacidade dos estados nacionais formularam políticas agrícolas e alimentares no contexto da progressiva internacionalização da economia". (MENEZES, 2001, apud, MALUF, 2007, p. 22)

A pedra angular da soberania alimentar é a agroecologia. Nesse sentido, também é necessário refletir sobre o conceito agroecológico. Este possui várias dimensões: política, agrônômica, ecológica, econômica e social. Os sujeitos protagonistas pela transição agroecológica são os camponeses. Assim, a agroecologia discute também a territorialização do espaço agrário sob uma ótica campesina. Os principais princípios da agroecologia são a integralidade, minimização das externalidades negativas das atividades produtivas, os circuitos curtos, manejo dos naturais, pluriatividades.

A alimentação é a luta contra a fome. Soberania alimentar, produto de práxis, surge como alternativa às condições de fome decorrente de insuficiência no âmbito do abastecimento. (PAULINO, 2012). A soberania alimentar visa recuperar a função social da terra, para a produção de alimentos e sustentador da vida, nesse sentido, o debate sobre reforma agrária é uma das bandeiras de luta. A soberania alimentar perpassa as dimensões da produção, distribuição e circulação. Torna-se eixo fundamental para se pensar outra realidade agrária e produção de alimentos no país. Desse modo, compreende-se que não é só uma questão de consumo e de distribuição dos alimentos que está em cheque, mas também de analisar a produção, e entender a estrutura social brasileira, sobretudo, as origens agrárias do Brasil e do cariri que tem como base a lógica capitalista e a sua inserção no mercado internacional, e não para atender as demandas da população local.

A produção de alimentos seja a partir de commodities – alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional ou alimentos derivados da agricultura familiar para abastecimento interno revelam as formas de modos de uso dos territórios agrários. Por exemplo, nos espaços territorializados pelo Agronegócio os tipos de uso dos territórios vem anulando os sujeitos sociais e as relações sociais não incorporadas a eles. Por isso falamos em território camponês e território do agronegócio. Maneiras diferentes de territorializar um dado espaço. O alimento é um fragmento do território. Trazemos que existe um diálogo entre Território e soberania alimentar.

“Hablamos de la soberanía alimentaria como territorio porque el término contiene uno de los principios fundantes del concepto: la soberanía. Recuperar el poder de producir

alimentos para el consumo local es un factor diferencial que caracteriza el territorio de la soberanía alimentaria.” (FERNANDES, 2017 p. 35)

Desse modo, a soberania alimentar é o território do camponês. Pensar na produção dos alimentos (suas biodiversidades, riqueza) é defender o território onde eles são produzidos. Defender a ideia de soberania alimentar é transformá-la em políticas públicas, posicionar-se contra as políticas de commodities da agricultura exportadoras (o agronegócio) que mantém a fome no mundo. Significa defender a qualidade dos alimentos para proteger a saúde pública, usar as tecnologias de modo a não destruir o meio ambiente (FERNANDES, 2017).

No espaço agrário, dois principais eixos da agroecologia são os quintais produtivos e as feiras agroecológicas. Os quintais produtivos são uma fonte de diversificação de culturas, mas também são espaços de encontro e socialização da produção de saberes.

As feiras agroecológicas são espaços de sociabilidade, de conhecer os produtores, preços populares, mais acessíveis, saber a origem dos alimentos, garantir que não estamos comendo “alimentos vazios”. Espaço de formação de consciência alimentar, troca de saberes, espaço de consumo junto. Os consumidores de feiras agroecológicas, ao longo do tempo, se assumem como defensores desses canais de escoamento de produtos e percebem que os alimentos e os seus sabores, cheiro e a estética são diferentes dos alimentos vindos do agronegócio.

A soberania alimentar perpassa as dimensões da produção, distribuição e circulação. Torna-se eixo fundamental para se pensar outra realidade agrária e produção de alimentos no país. Desse modo, compreende-se que não é só uma questão de consumo e de distribuição dos alimentos que está em cheque, mas também de analisar a produção, e entender a estrutura social brasileira, sobretudo, as origens agrárias do Brasil e do Cariri que tem como base a lógica capitalista e a sua inserção no mercado internacional, e não para atender as demandas da população local.

Os regimes agroalimentares hegemônicos buscam fortalecer o agronegócio. Nesse sentido, a agricultura camponesa é invisibilizada. Há uma marginalização dos camponeses que possuem um papel relevante e primordial de alimentar a classe trabalhadora pelo mundo. Dentro da agricultura familiar e camponesa, o papel das mulheres ainda é majoritariamente invisibilizada, apesar de bastante ter relevância e ser um pilar importante na engrenagem da produção de alimentos.

As experiências agroecológicas das camponesas do Cariri cearense.

Assim como existe um conflito de classes, de disputa por território e por modelo de produção de alimentos, existem também desigualdades de gêneros, no qual o papel das mulheres se torna mais repletos de elementos de opressão e exploração na relação assimétrica entre camponeses/ agricultores e os latifundiários, mas também dentro da própria classe trabalhadora.

O corpo da mulher no agronegócio é atingido pela exploração do trabalho duplamente, quando está trabalhando para as agroindústrias e também em seus lares, quando, por exemplo, elas acessam novamente o contato com os agrotóxicos lavando as roupas de seus maridos. A mesma lógica explora as mulheres, as terras, a natureza e os alimentos são produzidos com vários custos ambientais, fortalecimento da divisão sexual do trabalho e da reprodução social. Quando estamos discutindo sobre as mulheres é inevitável falarmos sobre reprodução social. Este é um conjunto de tarefas que são designadas socialmente às mulheres, como se fossem algo inerente à sua natureza.

Entre os exemplos concretos que posso citar: o papel do cuidado da casa, da família e da comunidade. Isso coloca restrições aos espaços que devem circular, sendo o espaço privado mais familiares do que os espaços públicos, de decisões e das atividades econômicas principais. No caso da agricultura, as atividades consideradas mais rentáveis são muitas vezes lideradas pelos homens da casa, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, a “ajudarem” os maridos nas roças e cuidarem dos quintais produtivos, consideradas atividades acessórias.

En el caso de las mujeres rurales, cuando hablamos de trabajo invisible, nos referimos a ese trabajo doméstico no remunerado, pero también a lo que podría ser considerado como trabajo productivo estricto, que sin embargo no se registra en las cuentas nacionales porque se considera como una extensión de las tareas de reproducción biológica y de la reproducción de la fuerza de trabajo. El cuidado de las huertas, de los animales, de las semillas, la recolección de frutos, la búsqueda del agua, se vuelven parte de las tareas no remuneradas y consideradas como no productivas, aunque provean de alimento, y hagan a las condiciones de sobrevivencia de millones de personas en el mundo. (KOROL, 2016. P. 92)

No território rural, o peso do machismo e do patriarcado é bastante forte. O desenvolvimento de políticas que fortaleçam a agroecologia e soberania alimentar, é também no sentido de combater essas estruturas de opressão. Geralmente, o trabalho agrícola das mulheres é considerado um trabalho doméstico. “Es decir, una extensión de sus atribuciones como madre, esposa y ama de casa” (KOROL, 2016, p. 102) Estão inseridas nas tarefas de

reprodução social. A invisibilidade das mulheres (dos seus trabalhos) está naturalizada na divisão sexual do trabalho. Sustenta a ideia de que existe trabalho para homens e trabalhos para as mulheres

É importante salientar o papel das mulheres na história da agricultura, desde os primórdios até os tempos atuais, em que elas se apresentam como importantes protagonistas em defesa dos seus territórios, compreendendo-os como local de produção e de sociabilidade, suas ligações com a preservação da cultura alimentar regional, procedimentos de enfrentamento à subnutrição, sobretudo, dentro da família, contribuindo para estratégias de garantir a saúde humana (SILIPRANDI, 2015).

Se a alimentação é resultante de fatores socioeconômicos e das relações sociedade e natureza, as mulheres cumprem um papel - eixo central - nessa temática. Desse modo, a pesquisa vinculada à tese de doutorado, vem se enveredando nas reflexões da trajetória de oito mulheres camponesas da região do Cariri, ao sul do estado do Ceará, Nordeste do Brasil.

A região do Cariri está localizada em na Chapada do Araripe, possui vegetação e águas perenes, possuindo uma gama de biodiversidade, contrastando com o sertão semiárido que o cerca. Contudo, a região vem passando por sérios problemas hídricos e socioambientais devido ao desmatamento e queimadas, trazendo como consequência o lixiviamento do solo. Menezes (2007) coloca que a região do Cariri é uma área úmida de brejo, teve seu processo histórico tendo como base a agroindústria canavieira e em menor porte o algodão, a agricultura para o autoconsumo e pequena comercialização para o mercado local. Esta região convive, de forma dialética e contraditória, com a fartura, a fome, a abundância e a normalização das desigualdades sociais.

Na década de 1940 os engenhos chegaram a 300, produzindo rapadura e aguardente para todo interior do Nordeste, especialmente, para atender as demandas vindas de Pernambuco. O processo histórico do Cariri esteve interligado em atender as demandas da produção de cana de açúcar. Os canaviais que marcavam o cenário desta região eram controlados por poucas famílias concentradoras de terra, desenvolvendo-se relações marcadas por violência, conflitos e explorações.

Ao mesmo tempo, esse contexto foi impulsor para processos de organização das classes subalternas por esses sistemas de monoculturas, vinculados às associações, uma parte da Igreja Católica – Pastorais da Terra e sindicatos.

Referente sobre a questão fundiária no Cariri, Silva (2010) expõe que essa questão se apresenta de forma bem paradoxal, pois encontramos uma presença numérica significativa de minifúndios, e também uma grande concentração fundiária, decorrente do acúmulo de grandes

extensões de terras entre um número reduzidos de grandes propriedades. Muitos minifúndios ocupam poucas porcentagens de terras, e poucas grandes propriedades ficam com a porcentagem maior de terras. Silva (2010) explica que esse panorama tem como origem o processo de ocupação, desde os primeiros casos de violências com os povos originários, os índios Kariris, que foram praticamente dizimados, posteriormente as concessões de sesmarias.

Ao longo do tempo, essa estrutura foi sendo alterada em razão de atividades econômicas, dos sistemas de heranças, dos conflitos de terras, ora se fragmentando, ora se reconcentrando, tendo como consequência atualmente, assim, profundos contrastes e desigualdades sociais.

Atualmente, esta região vem se tornando o alvo da expansão do agronegócio que mira a Chapada do Araripe como um “território fértil” para o desenvolvimento desse modelo agrícola. Uma das produções que vem crescendo é de fruticultura irrigada, com o destaque para a produção de bananas, dentro dos moldes de grande produção, utilização intensa de agrotóxicos, precárias condições de trabalho, com o uso excessivo de água, sem planejamento, tendo a produção voltada para exportação. Além da pecuária extensiva que faz uso da biotecnologia. Reconstruindo uma nova divisão social e territorial do trabalho. Esse modelo de produção vem recebendo fortemente incentivo do Estado. Inseridos nesse contexto, existem a resistência de diversos camponeses que vem desenvolvendo e apontando alternativas de relação com a terra e território.

O estudo vem se construindo como um mosaico unindo a trajetória e as experiências dessas mulheres que participam ativamente de organizações, movimentos sociais, têm em suas histórias de vida a luta pelo direito à terra, iniciativas de criação de agroecossistemas, feiras agroecológicas, participação em sindicatos e algumas delas ainda possuem vínculos com a cultura e educação popular, no intuito de mostrar experiências de mulheres que vem se organizando e confrontando essa realidade desigual.

Dialogando com o que coloca Bartra (2011), que o novo modelo de reforma agrária tem em sua premissa um viés de democracia social e cidadã, uma reforma agrária não patriarcal, e sim mas que tenha um rosto feminino.

A agroecologia, em seus princípios, busca visibilizar o protagonismo das mulheres nas experiências de transição agroecológicas. Contudo, não se resume a empoderar as mulheres em seus espaços sociais, mas transformar as estruturas da sociedade, baseada na exploração, no patriarcado e também no racismo. Suas pautas também apontam para a socialização das tarefas domésticas, repensar a concepção de cuidado e dos bens comuns. Além disso, lutar por

paridade nos espaços de lideranças e direções dos movimentos sociais, sindicatos, associações e na posse da terra.

Compreender através de suas narrativas de vida e os seus pontos de vista sobre práticas agroecológicas, ser mulher no campo, alimentação, fome, território e soberania alimentar. Contudo, como ainda estou no processo de confirmação com algumas delas ou com poucas informações sistematizadas, iremos apresentar a história de vida de apenas de duas delas, Dona Ana e Dona Josefa.

Dona Ana nasceu em 1953, no sítio Coités, em Barbalha – Ceará. Uma grande parte de sua vida e sua família, ela viveu em condição de moradora, “em terras do patrão”. Em sua trajetória de vida esteve, na maior parte das vezes, ligada agricultura, já trabalhou também no corte de cana-de-açúcar. Já foi também lavadeira e sempre que necessário “fazia uns bicos” para complementar a renda. Dona Ana foi casada, atualmente é divorciada, teve sete filhos. A agricultora protagonizou diversas lutas e articulações camponesas no Cariri.

Em 1991, ela e diversas famílias deram início a luta pela terra – que hoje é o assentamento 10 de abril. “foram dias de tensos e de enfrentamento” (Dona Ana, informação verbal). Os camponeses ocuparam as terras que outrora foi o Caldeirão do Beato Zé Lourenço. Depois eles foram expulsos, e decidiram ocupar o Parque de Exposição Pedro Felício. Depois de vários dias de resistência com a ocupação conseguiram a posse da terra. Nesse período, além de enfrentar a violência dos latifundiários e do Estado, Dona Ana teve também que enfrentar o marido que não via com bons olhos uma mulher estar em um acampamento de “sem terras” junto com outros homens.

Ao longo dos anos em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do Crato e da ACB, os camponeses começaram a produzir hortaliças e a comercializar os seus produtos. Mais uma vez, Dona Ana foi uma figura muito importante na implementação da feira agroecológica no Crato. Além disso, também contribuiu na organização das mulheres no assento 10 de abril, no desígnio para que as mulheres também estejam a frente na direção e nas decisões coletivas do assentamento.

Em 2011, Dona Ana foi entrevistada pelo o jornal o Povo, com o título “ A vida entre a flor e a foice”. Em 2014, recebeu o prêmio do SESC, o troféu “Mulher de fibra”. E por vários anos em seguida participou da Marcha das Margaridas, representando as camponesas do Cariri cearense.

Dona Ana e os demais moradores do assentamento vive um novo processo de territorialização, visto que as obras do Cinturão das Águas (CAC) atravessou uma parte do assentamento 10 de abril, desde 2014. Uma problemática que ainda vem se desenrolando.

Figura 01 – Dona Ana na Feira Agroecológica do Crato.



Fonte: Arquivo pessoal. (2019)

Dona Ana vende os seus alimentos na Feirinha Agroecológica que acontece toda sexta feira, na Rua Cariri, localizada no Centro da cidade do Crato. Uma figura conhecida pelos consumidores. Para a agricultora, a feira é uma importante fonte de sustento. É também um espaço de socialização, de troca de saberes e de saber da origem dos alimentos.

Figura 02. Dona Josefa



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Josefa Tavares, também conhecida como Zefinha, tem 49 anos, mora na comunidade sítio São Paulo, no município de Caririaçu, casada, mãe de duas filhas, avó, foi professora na escola da comunidade. Possui graduação em Letras e especialização em psicopedagogia.

É uma das co-fundadoras da associação dos agricultores da comunidade, nesta associação o intuito é desenvolver a comercialização dos produtos e desenvolver maneiras de realizar o manejo agroecológico. A Associação foi fundada em 12 de maio de 2015 tem nome “Frutos da Terra”.

Josefa também decidiu desenvolver atividade de sustentabilidade, reservando uma parte de sua terra que já se encontrava degradada, para recuperá-la utilizando-se de práticas agroecológicas, pois assim além da ação de conscientizar as pessoas ela também poderia mostrar na técnica o resultado desse trabalho. Iniciou, desta forma um estudo junto com os demais membros da associação sobre o assunto e logo começou a desenvolver essas práticas em sua área, baseando-se também nos preceitos ecológicos do Padre Cícero:

A camponesa relata que se encontrava em um momento muito difícil de sua vida, passando por problemas de saúde, entre eles depressão. Esse trabalho foi à peça fundamental para a melhora da saúde da senhora Josefa. Uma atividade que além do contato com a terra também se dá o contato com as pessoas, com novas experiências, despertando o interesse por mais conhecimento. Ela começou mudando a capinagem do solo, deixando as plantas rasteiras. Para a melhoria do solo, a agricultora também faz uso da adubação verde, a qual usa os restos das podas e o capim gigante e para melhoramento na produção faz uso dos fertilizantes naturais, produzidos por ela mesma.

Dona Josefa faz o plantio de árvores frutíferas como: caju, manga, acerola, cajá, goiaba, jatobá, cajarana, graviola, pinha, araçá, melancia, coco, limão, jaca, banana, pitomba, macaúba, maracujá; também de ervas: capim santo, hortelã, alecrim, cidreira, arruda e de leguminosas: milho, feijão, andú e macaxeira.

Em uma mesma área ela faz o plantio de plantas de porte baixo, médio e alto, deixando ainda sobre o solo as plantas rasteiras. Ela também faz uso de cascas de árvores para a produção de remédios caseiros, como a casca de aroeira. Com suas práticas agroecológicas, esta agricultora vem contribuindo para transformar o território local e possibilidades para uma melhor convivência com o ambiente.

Considerações Finais

O alimento é uma síntese da organização social vinculada a um determinado tempo - espaço, resultante da força de trabalho e da relação sociedade - natureza. Em um grão de

milho, por exemplo, vai estar contido as relações sociais e determinadas configurações socioespaciais onde foram produzidos. Assim, o alimento é um fragmento do seu território de origem.

Atualmente, estamos diante de pelo menos duas formas de produção de alimentos: o Agronegócio e a Agricultura Camponesa. Compreendemos que é extremamente pertinente fazermos a diferenciação destes dois tipos de agricultura, os seus projetos de desenvolvimento, os seus interesses de classes e suas capacidades de incluir, ou não, as dimensões ecológicas em suas formas de produção.

Entendemos que vários processos estão imbricados na produção agrícola e também na reconstrução de nossos hábitos alimentares. Os modelos de produção de alimentos, revela-nos também os conflitos de classes, os interesses existentes na apropriação dos territórios e nas relações sociedade *versus* natureza. A nossa dependência e carência alimentar está intimamente vinculada ao modelo agroexportador e processos históricos.

A agroecologia é o eixo principal para enfrentar as crises alimentares em diversas escalas. Desse modo, como o coloca a Via campesina, torna-se cada vez mais necessário globalizar a luta, a esperança e o conhecimento camponês.

Nesse campo de discussão, a agricultura camponesa é foco do estudo, esta vem construindo exemplos de produção mais diversificada, orgânica e fortalecendo os saberes tradicionais. Nesse contexto, trazemos para discussão o papel das mulheres para o fortalecimento da soberania alimentar em níveis e locais, e como redes, que dialogam com outras práticas em diversas escalas. Para isso, nos enveredaremos nas histórias de vida das mulheres camponesas que praticam agroecologia na região do Cariri cearense. A reflexão é no sentido de compreender como as suas histórias de vidas estão vinculadas à totalidade social e na contribuição em abrir veredas para (re)construir as territorialidades camponesas.

Nos seus micros espaços políticos, conectando, ao mesmo tempo, aos macros, as agricultoras fazem agroecologia e constroem na práxis um projeto contra-hegemônico de sociedade, que tem elementos anti-patriarcais, anti-coloniais e com valores de solidariedade, igualdade de gênero e uma relação mais orgânica de sociedade-natureza.

As agricultoras vem produzindo alimentos orgânicos que abastecem não só as comunidades, mas também é repassado uma parte para demais localidades e se tornam referência para região. Na atual conjuntura, crises políticas, ambientais e sociais intimamente ligadas à agricultura convencional e hegemônica colonial-dependente, as mulheres camponesas organizam associações, sindicatos, feiras, reuniões, fazem intercâmbios, fazem lives/ falas, organizam marchas, manifestações, greves. Defendem os seus direitos e

reelaboram constantemente a importância de um alimento saudável, uma comida de verdade, livre de venenos e opressões, abrindo veredas para (re)construir as territorialidades camponesas.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Bruna Dayane Xavier de. **Raízes da Cura: Os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas mezinheiras do Cariri cearense**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2016.

BARBOSA, Lia P. ROSSET, Peter M. Territorialização da Agroecologia na Via Campesina. In: **Revista ECOECO -Agroecologia**, 2019. p. 46

BARTRA, A. Os camponeses em questão. In: **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. Pp. 65-114.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003.

CASTRO, Josué. **A geografia da Fome**. Editora Civilização Brasileira: São Paulo, 2006.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: História, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios y soberanía alimentaria. In: **Revista Alasru. Revista latinoamericana de estudo rurales**. 2017, vol 2, nº03.

FEDERICI, Silvia. **O ponto Zero: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante: São Paulo, 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM: São Paulo, 2010.

GASPARETO, Sirlei A. **A construção de Saberes no Movimento de Mulheres Camponesas; Uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina - Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul - RS, 2017.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semillas y rebeldía: mujeres, tierra y territorio en América Latina**. GRAIN - Fundación Intomar - OXFAM, 2016.

JALIL. Laeticia M. **Mulheres e Soberania Alimentar: A luta para transformar o meio rural**. Programa de Pós - Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

MARQUES, Marta. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil. In: PAULINO, Eliane. T. e FABRINI, J.F. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós Graduação em Geografia. 2008.

MALUF, R. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos -filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENEZES, Edith Oliveira. O Cariri Cearense. In: SILVA, J. Borzacchiello da. Et Al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHIMITH, C. J. Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; B ALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177203.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2010.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2004